

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

AS FORMAS ATUAIS DA URBANIZAÇÃO AMAZÔNICA E SEUS REFLEXOS NA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO DE IMPERATRIZ (MA)

Jailson de Macedo Sousa (SEDUC/FEST)

As Formas Atuais da Urbanização Amazônica e seus Reflexos na Produção do Espaço Urbano de Imperatriz (MA) (1)

RESUMO

Este artigo discute e analisa as formas atuais do processo de urbanização em curso na Amazônia e as suas implicações na estruturação do espaço urbano de Imperatriz (MA). No bojo dos elementos responsáveis por esta dinâmica destacam-se: os projetos de colonização, agropecuários e minero-metalúrgicos, que foram responsáveis pela atração de fluxos migratórios, situados inicialmente no campo e posteriormente transferidos para as cidades. A cidade de Imperatriz, localizada no Sudoeste do Estado do Maranhão não fugiu às regras destas estratégias de ocupação e viu seu contingente populacional aumentar substancialmente em razão da adoção destes instrumentos. Como parte integrante da Amazônia Oriental, Imperatriz também apresenta como argumento explicativo para o seu crescimento a construção da rodovia Belém-Brasília. Estes elementos mencionados são entendidos como responsáveis pela nova dinâmica regional que potencializa Imperatriz como uma das mais importantes cidades médias no conjunto da rede urbana do Centro-Norte do país.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As cidades da Amazônia têm um papel fundamental na ocupação regional, permitindo a acumulação de capital mais por sua capacidade de coletar e de se apropriar do produto excedente do que de criá-lo, de atrair e ressocializar migrantes e condensar as instituições e grupos que organizam o poder.
Becker (1990, p. 143)

O processo de urbanização difundido no território amazônico tem fornecido distintos elementos para a sua explicação. Nesse sentido, cabe ressaltar o papel exercido pelas estratégias recentes de ocupação, dirigidas para a Amazônia a partir de 1950, que foram orientadas através dos projetos de colonização, agropecuários e minero-metalúrgicos.

Os projetos de colonização implantados na Amazônia, sob a coordenação do Estado, apresentaram um duplo caráter, os de iniciativa governamental se localizaram, de forma dispersa na Amazônia Oriental; e os de natureza particular na, Amazônia Ocidental.

Estes projetos tiveram papel fundamental no processo de ocupação recente da chamada pré-amazônia maranhense, e apresentaram intervenções significativas no processo de estruturação do espaço urbano de Imperatriz.

A distribuição de terras, sob o controle do Estado, através dos projetos de colonização, associada à adoção dos projetos agropecuários e minero-metalúrgicos estimularam os fluxos migratórios, contribuíram para a formação de um mercado de trabalho regional que inicialmente se vinculou ao campo e depois foi transferido para as cidades, colaborando para uma acelerada e desordenada ocupação regional.

Todos estes elementos contribuíram de forma significativa para a consolidação da urbanização amazônica. Nesse ínterim, a cidade de Imperatriz localizada na Amazônia Oriental não fugiu à regra deste modelo de ocupação e viu a sua população crescer de forma substancial a partir da década de 1960. Estes elementos indicados são tidos como fundamentais para uma análise sobre a urbanização manifestada em Imperatriz.

A URBANIZAÇÃO: INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E POVOAMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA

A geógrafa Bertha Becker (1997, p. 52) ao analisar os aspectos centrais responsáveis pela urbanização contemporânea que se manifesta na Amazônia, enfatiza:

A importância da urbanização como instrumento de ocupação se relaciona assim a três papéis fundamentais exercidos pelos núcleos urbanos: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social, o que atribui à urbanização um novo significado, que se refere à sua dinâmica social e territorial.

Os fluxos migratórios originados na fronteira amazônica a partir da década de 50, representam uma das formas eficazes no processo de ocupação e povoamento regional. Eles têm alimentado o mercado de trabalho regional e conduzido à urbanização acelerada que se processa na Amazônia. Trata-se de uma ocupação racional que tem se edificado de acordo com os pressupostos do ideário da integração nacional. Esta integração da fronteira de recursos como sugere Becker (1982, p. 125),

“[...] se caracteriza pela rápida expansão do povoamento e rápida mudança no uso do solo e na estrutura espacial. Por suas características intrínsecas, esta região oferece grandes atrativos e facilidades à reprodução do capital, constituindo-se como **fronteira** na acepção lata do termo, verdadeiro campo de atração de forças da sociedade urbano-industrial. Para ela são atraídas não apenas populações e atividades, como as mais recentes inovações introduzidas pela iniciativa governamental ou privada, nacional e estrangeira”.

O processo de integração regional ocorrido na fronteira amazônica tem sido mediado pelas atuações conjuntas do capital especulativo internacional e nacional através das alianças firmadas com as estruturas governamentais.

Sousa (2005, p. 45) nesse sentido enfatiza, as “ações empreendidas pelo governo direcionaram-se para o estabelecimento de alianças firmadas com o capital especulativo nacional e internacional que passaram a ver nos espaços vazios da fronteira a oportunidade de maximizar seus lucros”. Duas dimensões têm marcado este caráter recente de ocupação da fronteira amazônica, empreendido após a segunda metade do século XX. Trata-se da dimensão social e territorial. A dimensão social é revelada através do processo de valorização da região idealizada através do pressuposto da integração nacional e mundial.

A região amazônica que antes da primeira metade do século XX era vista e interpretada como barreira à ocupação humana modificou a sua percepção. A fronteira de recursos naturais tinha como percepção central o ideário do isolamento e as dificuldades de penetração e ocupação humana. No entanto, esta percepção modificou-se. Ela passou a despertar a partir de 1950, a cobiça e os desejos capitalistas.

A outra dimensão que se faz presente no processo recente de apreensão da região é a dimensão territorial, que pode ser explicitada através dos processos de criação, crescimento, multiplicação ou revigoramento dos núcleos urbanos, sob o controle efetivo do Estado e do capital. O Estado atua conjuntamente com o capital no sentido de promover uma ocupação racional da região que é mediada através do processo de urbanização.

A urbanização desencadeada após 1950 na região amazônica, emergiu como elemento fundamental no contexto da nova dinâmica territorial da região. Ela assegura a ocupação regional acelerada e racional. Segundo Becker (1997, p. 44):

Uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de rápida ocupação da região. A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola; a fronteira já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do país. E esta feição está intimamente associada à migração.

A urbanização sintetiza o desejo da ocupação da Amazônia e a sua integração ao território nacional/internacional. Quem conduz este processo é o próprio capital e o Estado. Ela é capaz de mobilizar a população do centro-sul do país e do nordeste num processo acelerado e desordenado de povoamento regional. Os reflexos destas ações são visíveis em muitos núcleos urbanos, que foram criados ou revigorados para atender aos interesses imediatos do capital. As cidades de Araguaína, no Estado do Tocantins, Imperatriz no Estado do Maranhão e Marabá no Estado do Pará ilustram com propriedade a referida dinâmica.

Conforme Becker (1990, p. 53): “através da criação dos núcleos planejados e dos investimentos em infra-estrutura e equipamento funcional urbano, a política urbana condiciona efetivamente o povoamento e contribui para estruturar o mercado de trabalho”.

As políticas governamentais dirigidas para a Amazônia vislumbraram a urbanização, seja através da criação de novos núcleos urbanos, como também pelo revigoramento dos antigos como forma de assegurar a ocupação e povoamento regional. As cidades sintetizam nesse contexto como o aspecto prioritário para consolidar o povoamento regional. É através da urbanização que a fronteira se expande. Esta expansão está associada à captação de recursos que vislumbra a reprodução do capital na fronteira. O Estado conduziu este processo de apropriação do território amazônico como bem ilustra o quadro 1.

AS ESTRATÉGIAS RECENTES DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E POVOAMENTO REGIONAL

Os projetos abaixo mencionados integram as estratégias recentes de ocupação dirigidas para a Amazônia após 1950. Eles têm sido interpretados como propulsores da rápida ocupação regional e do acelerado processo de urbanização que se observa na região.

QUADRO 1: AS ESTRATÉGIAS RECENTES DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA (1953-1988)

ANO	PROGRAMAS, PROJETOS E ÓRGÃOS EXECUTORES	OBJETIVOS
1953	SPVEA – Superintendência do plano de Valorização Econômica da Amazônia.	Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia.
1958	Rodovia Belém-Brasília (BR-010) / Ministério dos Transportes/ DNER.	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do País.
1960	Rodovia Cuiabá/Porto Velho (BR-364) Ministério dos Transportes/DNER.	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia.
1966	SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/ Ministério do Interior.	Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre incentivos fiscais.
1967	SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus / Ministério do Interior.	Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante a criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos.
1968	Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia / Ministério das Minas e Energia.	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético.
1968	Incentivos Fiscais / SUDAM	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Expansão da rede rodoviária e implantação dos projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM.
1970	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Ministério do Interior.	Executar a estratégia de distribuição controlada da terra.
1974	Polamazônia – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia/Ministérios do Interior/ Agricultura e Transporte.	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infraestrutura urbana.
1980	GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia – Tocantins/GEBAM Grupo Executivo do Baixo Amazonas.	Regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos.
1980	PGC – Programa Grande Carajás, Seplan /PR	Explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região.
1981	Polonoroeste Ministérios da Agricultura, Transporte e Interior	Pavimentação da BR 364; promover a colonização.
1985	PCN –Projeto Calha Norte SGCSN/PR	Assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação e assistir aos índios.
1987	Projeto 2010 – Ministério das Minas e Energia, Eletronorte	Implantar rede hidrelétrica para estimular o desenvolvimento industrial da região.
1988	Programa Nossa Natureza, Ministério do Interior, SA – DEN/PR	Rever legislação ambiental para a região e zoneamento agroecológico na Amazônia.

Fonte: Bertha Becker (1997)

As estratégias antes mencionadas são compreendidas como forças propulsoras da acelerada ocupação regional que se verifica na Amazônia desde 1950. Estes instrumentos reforçam as idéias de que um processo de integração regional-nacional-internacional só poderia se concretizar mediante a atuação conjunta do Estado e capital.

Ao analisar o sentido geopolítico do processo recente de ocupação da Amazônia, nota-se que ele tem sido motivado, a) Pela integração física; b) Integração psicossocial; c) Captação direta de recursos (2). Para Becker (1982, p. 67-72)

A integração física da Amazônia às demais áreas do país se deu através da implantação de malhas viárias que promoveram a integração regional da fronteira, diminuindo as distâncias e propiciando uma inserção cada vez maior do capital na região amazônica. Esta integração espacial transformou a Amazônia numa fronteira do capital e possibilitou o caráter complexo da rede urbana amazônica (3). Corrêa (1987, p. 57) nesse sentido destaca,

A incorporação da Amazônia ao processo geral de expansão capitalista no País verifica-se a partir de sua transformação em “fronteira do capital”. Dada a dimensão territorial dos recursos – a floresta, a terra, o potencial hidrelétrico e os minérios – bem como dada a dimensão dos capitais disponíveis, o capitalismo criou na Amazônia uma fronteira ampla e extremamente diversificada que envolve uma variedade de agentes, propósitos e ações, bem como, conflitos também distintos.

A integração psicossocial difundida na Amazônia pode ser compreendida através da atuação política dos diferentes grupos sociais capitalistas presentes na região. Segundo notou Becker (1982, p. 69), “a força política atua intensamente nesse setor, visando incorporar a Amazônia ao restante do país e, num sentido inverso, através de um fluxo de informação do centro para a periferia, difundindo uma os valores do centro para a periferia”.

AS ESPECIFICIDADES DA URBANIZAÇÃO NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO SEUS REFLEXOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE IMPERATRIZ (MA)

A urbanização que vem se processando na região amazônica tem consolidado. Trata-se de um fenômeno que acompanha as tendências da urbanização brasileira marcada pela diferenciação e complexidade, apesar de apresentar especificidades que são peculiares. Becker (2003, p. 655) ressalta que na urbanização amazônica,

O que chama atenção é o ritmo galopante do crescimento da população urbana a partir da década de 1960. Em 1970, a população urbana representava (35,5%) da população total; em 1980, (44,6%); em 1990, (61%) e em 2000, só na região Norte, a população urbana correspondia a (69,9%). [...] Outra característica do processo de urbanização na Amazônia é a mudança na estrutura urbana e do povoamento, inclusive através da desconcentração dessa urbanização. [...] Entre 1970 e 1980, foram principalmente à imigração e a mobilidade do trabalho os fatores fundamentais do crescimento urbano.

O crescimento acelerado da população urbana tem se manifestado de modo diferenciado, nas distintas porções do território amazônico. No período correspondente às décadas de 1960-80, este crescimento foi maior junto às áreas metropolitanas de Belém e Manaus, consideradas como principais núcleos urbanos da região. Após a década de 1980, esta tendência se modificou, cedendo espaço para a interiorização do fenômeno urbano.

A ocupação do espaço tornou-se seletiva, e contou com o apoio direto do Estado através da implantação de projetos minero-metalúrgicos e agropecuários. É importante ressaltar que a criação, multiplicação ou revigoração dos núcleos urbanos tem reforçado a tese levantada por estudiosos desta questão onde merecem destaque a geógrafa Bertha Becker (1982); (1990); (1997); (2003), e outros estudiosos, como Machado (1990); e Trindade Jrr (1998); (2003). Para eles, a urbanização amazônica, tem sido responsável pelo acelerado processo de ocupação e povoamento da região.

Este processo de urbanização difundido, na Amazônia tem se concretizado, mediante a atração dos fluxos migratórios oriundos particularmente do centro-sul do país e do nordeste e a implantação de um mercado de trabalho regional.

Os fluxos migratórios registrados na Amazônia, após 1950 representam um traço característico da sua dinâmica recente de ocupação. Esses movimentos dirigidos para a fronteira amazônica, só podem ser compreendidos mediante as suas vinculações com as políticas pautadas no ideário da integração nacional. As migrações induzidas do nordeste para a Amazônia propiciaram em larga medida o processo de expansão da fronteira após 1960.

A transferência das populações das diversas regiões do país tem se efetivado mediante esses fluxos migratórios, que são alimentados pela mobilidade espacial do trabalho. As migrações acompanham as alternativas oferecidas através dos empregos. Trata-se de um processo simultâneo onde os postos de trabalho induzem os fluxos migratórios.

Quando se pensa no processo de ocupação recente da Pré-Amazônia maranhense, por exemplo, os dados oficiais do IBGE (1991) demonstram que parcela significativa destes migrantes é oriunda, especialmente dos Estados do Piauí e Ceará. Estudos realizados por Arcangeli (1987) e Heitor Lima Jr (1987) demonstram as estreitas ligações entre a formação do mercado de trabalho na Pré-Amazônia maranhense com os fluxos migratórios. Estas idéias são reforçadas pela geógrafa Bertha Becker (1990, p. 21) que afirma,

A mobilidade da força de trabalho tem sido condição de expansão da fronteira e a migração não é um processo espontâneo. A fronteira se organiza com trabalho móvel, isto é, com trabalhadores assalariados: temporários e permanentes – e com pequenos produtores que vendem sua força de trabalho empregando-se em atividades rurais e urbanas.

Becker (1990, p. 141), ao estudar o processo de urbanização e relacioná-lo com a formação do mercado de trabalho na Amazônia enfatiza, “O núcleo urbano é à base da organização do mercado de trabalho regional, como ponto de concentração e redistribuição da força de trabalho que deve estar disponível, móvel, mas localizada em pontos do território”.

As diversas trajetórias dos migrantes, retratadas inicialmente pelo emprego nas atividades rurais, sobretudo nas fazendas vinculadas à pecuária e ao extrativismo vegetal sustentaram, até a década de 1980, a mobilidade do trabalho na fronteira amazônica. A partir da década de 1980, observa-se que esta mobilidade tem acompanhado as trajetórias do trabalho oferecido nas cidades. As cidades intermediárias passaram a apresentar nesse contexto papel de destaque (4). Elas acompanharam as tendências nacionais, marcadas pelo caráter do processo de expansão e interiorização nas distintas regiões do país.

Pereira (2005, p. 61) enfatiza que “a dimensão das mudanças ocorridas no processo recente de urbanização da Amazônia vão para além das novas relações econômicas. A reestruturação urbana implica também em uma reestruturação do modo de vida.”

É importante destacar que segundo os critérios estabelecidos pelo IBGE (1991), “as cidades médias ou intermediárias se referem ao conjunto de municípios cuja população situa-se entre 100.000 e 500.000 habitantes”. Nota-se que a instalação, o crescimento, a multiplicação e o revigoramento dos centros locais, e das cidades intermediárias, se impuseram como uma característica singular no processo de urbanização do país, sendo também evidenciado na urbanização amazônica.

Este fato, apesar de demonstrar semelhanças, é revelador de algumas diferenças. Um dos aspectos que permite verificar esta diferenciação, diz respeito ao ritmo acelerado da urbanização que se processa na Amazônia. Os percentuais nos índices de urbanização notados nas cidades médias da Amazônia Legal revelam em certa medida esta realidade. A tabela 1 exposto a seguir atesta com propriedade esta dinâmica.

A escolha de áreas seletivas (espaços polarizadores) destinadas à exploração dos recursos naturais, no interior da fronteira, fora da órbita das metrópoles de Belém e Manaus foi um fator decisivo para o crescimento e para a participação efetiva das cidades intermediárias. Este fato contribuiu de modo significativo para interiorização da urbanização amazônica. Estas idéias são reforçadas por Trindade JR (1998, p. 74):

Com a nova dinâmica na Amazônia Oriental, vamos perceber que a participação econômica de Belém vem se alterando gradativamente. Isto tem sido interpretado como um processo de perda de importância de Belém em face à expansão da fronteira econômica no interior e ao crescimento de pequenas e médias cidades fora da sua órbita.

Tabela 1: População Municipal das Cidades Médias na Amazônia Legal - IBGE (2000)

Municípios	Estado	População residente			
		População Total	População Urbana	População Rural	(%) de Urbanização
Araguaína	Tocantins	113.143	105.874	7.269	93,58
Bacabal	Maranhão	91.823	71.408	20.415	77,77
Castanhal	Pará	134.496	121.249	13.247	90,15
Caxias	Maranhão	139.756	103.485	36.271	74,05
Gurupi	Tocantins	65.034	63.486	1.548	97,62
Imperatriz	Maranhão	230.566	218.673	11.893	94,84
Ji-Paraná	Rondônia	106.800	97.013	15.787	85,22
Marabá	Pará	168.020	134.373	33.647	79,97
Porto Velho	Rondônia	334.661	273.709	60.952	81,79
Rondonópolis	Mato Grosso	150.227	141.838	8.389	94,42
Santarém	Pará	262.538	186.297	76.241	70,96
Santa Inês	Maranhão	68.321	63.030	5.291	92,26
Várzea Grande	Mato Grosso	215.298	211.303	3.995	98,14
Total		2.387.340	2.062.637	324.703	86,40

Fonte: Censo Demográfico (2000)

Ao considerar as informações contidas na tabela 1, torna-se visível a participação crescente das cidades médias no contexto da urbanização amazônica. O crescimento demográfico notado no interior das cidades apresentadas está vinculado às atividades econômicas, à dinâmica social interna e externa, sobretudo através das relações sócio-econômicas e culturais estabelecida entre as referidas cidades e suas regiões de influência.

Estas cidades assumirão a partir da década de 1980 funções específicas, ora estando associadas às redes de centro de produção; às redes de centros de distribuição ou ainda, às redes de centros de gestão. Estas cidades assumiram crescente complexidade funcional, forte articulação com centros de maior/menor densidade demográfico/econômica, rompendo o padrão eminentemente local e reforçando sua participação no contexto regional.

OS REFLEXOS DA URBANIZAÇÃO AMAZÔNICA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE IMPERATRIZ (MA)

O processo de urbanização manifestado na cidade de Imperatriz tem encontrado diferentes argumentos para sua explicação. Uma idéia que se mostra como consensual é destacada por Barros (1996) e Lima (2003) e diz respeito à importância da rodovia Belém-Brasília para o dinamismo urbano de Imperatriz a partir da década de 1950.

Associada a construção da BR-010 é importante considerar a dinâmica intra-urbana e regional assumida por Imperatriz a partir deste período. Esta dinâmica motivada inicialmente pela agropecuária (1960-70), e posteriormente pela atividade madeireira (1970-80) tem se alimentado atualmente através da atividade comercial e prestação de serviços.

Na atualidade, ou seja, a partir da década de 1980, Imperatriz teve a sua dinâmica sócio-econômica movida pela atividade comercial com ênfase nos setores atacadistas e varejistas e a prestação de serviços, nos setores de educação e saúde.

A exemplo do que vem ocorrendo em todo o território amazônico, nota-se, também, que a urbanização que vem se processando na microrregião de Imperatriz apresenta uma **diferenciação** crescente, no conjunto dos seus núcleos urbanos. Esta urbanização é marcada pela instalação de novos núcleos urbanos. Dos dezesseis municípios existentes, doze foram instalados no período correspondente às décadas de 1980-2000.

Quadro 2: Caracterização dos Municípios da Microrregião de Imperatriz (MA) segundo a condição de instalação dos municípios, área, população total e densidade demográfica (2000)

Município	Ano de Instalação	Área (Km²)	População Total (2000)	Densidade Demográfica (2000)
Açailândia	1981	6 431	88 320	13,7
Amarante do Maranhão	1953	7 210,2	31 292	4,3
Buritirana	1997	337,6	13 822	40,9
Cidelândia	1997	1 467,1	11 816	8,1
Davinópolis	1997	335,4	12 275	36,6
Governador Edison Lobão	1997	620,4	10 891	17,5
Imperatriz	1856	1 538,1	230 566	149,8
Itinga do Maranhão	1997	872,8	23 128	26,5
João Lisboa	1961	1 054,5	24 598	23,3
Lajeado Novo	1997	1 195,8	5 717	4,8
Montes Altos	1958	1 436,1	10 347	7,2
Ribamar Fiquene	1997	738,4	6 488	8,8
São Francisco do Brejão	1997	734,7	7 062	9,6
São Pedro da Água Branca	1997	722,9	10 927	15,1
Senador La Rocque	1997	1 267,1	16 242	12,8
Vila Nova dos Martírios	1997	1 195,2	6 705	5,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Dados organizados por: Jailson de Macedo Sousa

No que tange os municípios que integram a microrregião de Imperatriz, pode-se inferir que há uma predominância dos pequenos núcleos urbanos. Nota-se que, dos 16 municípios da microrregião, apenas Imperatriz e Açailândia figuram no conjunto das maiores cidades, ambas contando, respectivamente, com 230.566 e 88.320 habitantes, segundo o censo de 2000. Os outros quatorze municípios da microrregião, estão classificados no conjunto das pequenas cidades, apresentando populações variando entre 5.000 a 50.000 habitantes.

No conjunto destas pequenas cidades, Lajeado Novo e Amarante do Maranhão, figuram, respectivamente, como a menor e a maior cidade apresentando, respectivamente, 5.717 e 31.292 habitantes. No bojo destas informações apresentadas em relação ao processo de urbanização, que se manifesta na microrregião de Imperatriz, torna-se evidente, as diferenças em relação às taxas de densidade demográfica entre estes municípios. Estes dados

confirmam, em certa medida, as semelhanças da urbanização manifestada em Imperatriz em relação àquela notada no território amazônico.

Outra característica intrínseca à urbanização amazônica, e que se faz presente também, na urbanização de Imperatriz, diz respeito à íntima relação estabelecida entre o campo e cidade. Becker (2003, p. 655), nessa direção, afirma:

Uma das especificidades maiores da urbanização amazônica, é a íntima relação cidade-campo, decorrente da forte mobilidade da população, que era atraída para a região, em busca de terras e de emprego, e não sendo absorvida, gira como 'peão' dentro da região, buscando abertura de novas frentes, trabalhando no campo e residindo em núcleos urbanos. Essa relação cidade-campo forma uma rede rural-urbana com núcleos que se assemelham a grandes favelões, precários, mas que participam da rede de circulação de mercadorias e de informações.

As especificidades sócio-culturais vivenciadas cotidianamente no campo, são transferidas para a cidade. O trabalhador rural, o fazendeiro e o lavrador, mesmo vivendo na cidade não extinguem os valores sócio-culturais construídos no campo.

Lima (2003, p. 26), em seu estudo sobre a urbanização de Imperatriz, ressalta a importância de se compreender “as imbricações das situações tidas como rurais e urbanas na cidade de Imperatriz”. Trata-se de reconhecer o caráter híbrido rural-urbano onde se mesclam as atividades e situações sociais, econômicas e culturais rurais que se manifestam na cidade.

Estas situações puderam ser notadas através das entrevistas realizadas junto à população de Imperatriz. Foram realizadas algumas entrevistas com os moradores dos bairros Mercadinho, Centro e Entroncamento na cidade de Imperatriz. Destas buscou-se selecionar algumas para subsidiar este estudo. Procurou-se compreender através destas entrevistas, as relações estabelecidas entre a população da cidade e as suas vinculações com o campo.

Eu moro aqui há 29 anos, a gente morava antes num interiorzim aqui mesmo do Maranhão, no meu registro tá citado Andirobal dos Crentes, mas o nome do povoado eu não me lembro. Eu gosto muito de morar aqui. Eu vejo a maioria das pessoas que tem casa própria e que mora aqui perto dizer que jamais gostaria de morar em outro lugar, por que nós estamos perto de tudo. Só pra te dar um exemplo, nós moramos tão perto do centro que se a gente quiser ir bem ai no Paraíba, a gente pode até deixar um arroz enxugando e quando a gente volta aqui pra casa o arroz já tá no ponto.

(Ilda Oliveira, dona de Casa)

Eu gosto de morar aqui por que aqui tem todas as condições de nossa sobrevivência. Se a gente quer uma abóbora é só ir aí no cercado. Nós chegamos aqui tem mais de 25 anos. Nossa família veio aí do Goiás, depois do Axixá. A gente vive das hortazinha que pranta, dos pés de quiabo que tem no nosso cercado, então por isso que aqui é lugar bom pra gente morar.

(Marlene dos Santos, dona de casa)

Nossa família já mora aqui na cidade tem mais de 25 anos. Nós viemos do Ceará. A gente morava perto de Sobral. Então nós viemos pra cá por que meu pai trabalhava com terra, com criação de gado. Logo comprou uma terra onde ele e depois nós fomos trabalhar. A gente tinha até muito gado, mas por causa da bebida meu pai perdeu quase tudo. Hoje em dia eu e outro irmão é que cuida da terra. Mas a gente sempre gostou assim de trabalhar com a terra, por incentivo do nosso pai.

(João Francisco, lavrador)

Eu moro aqui tem mais de 30 anos, meus pais vieram do interior do Piauí, perto da região de Piripiri. Trabalharam no começo com a lavoura do arroz que era muito grande aqui. Hoje muita coisa mudou, mais a gente ainda trabalha com as hortas, plantando verduras e legumes que são vendidas aqui mesmo no mercadinho. É essas verduras que dá o sustento pra nossa família. Só que as coisas tão mudando, a cidade tem crescido muito. E as coisas não tem sido fácil pra nós. Antes a gente vivia melhor. Plantava mais e tinha mais facilidade pra viver.

(Maria Rodrigues da Silva, comerciante e lavradora)

A nossa família veio do Goiás, aí do outro lado do rio. Meu pai sempre trabalhou com roça. Plantava e criava gado. Agora é que nós tamo mudando de ramo. Sou comerciante. Mas meu pai sempre buliu com gado. Ele vendia leite aqui na cidade. Tem mais sete anos que nós paramo o negócio. Depois que ele morreu a gente não quis mais mexer com a venda de leite. Porque era ele que tocava tudo. A gente ajudava. Nós ainda temos uma roçinha. A gente gosta muito de lá, até de vez enquanto a gente colhe arroz, mandioca, feijão e milho de lá.

(Carlos César da Silva, comerciante)

Os elementos apresentados através das entrevistas realizadas com os moradores dos Bairros Mercadinho e Centro, retratam a íntima relação da população com os valores construídos no campo. Embora estando na cidade, e associados às atividades sociais, econômicas e culturais desenvolvidas no espaço urbano, os moradores destes bairros ainda cultivam uma relação profícua com os valores edificados no campo. Estas relações, apesar de se modificarem com o processo de expansão da cidade não pulverizam os valores sócio-culturais edificados no campo que são vivenciados e cultivados na cidade.

Outra característica que merece destaque no contexto da urbanização amazônica e que apresenta reflexos diretos em Imperatriz, diz respeito às carências generalizadas dos equipamentos e serviços urbanos. Observa-se que na Microrregião de Imperatriz, segundo indica o quadro 3, as condições de acesso aos equipamentos urbanos básicos nos domicílios de Imperatriz, como é o caso de banheiros, água encanada, energia elétrica e serviços de coleta de lixo são extremamente precários e reforçam as idéias levantadas antes sobre a precariedade e carência destes equipamentos urbanos oferecidos nas cidades da Amazônia.

Quadro 3: Caracterização dos municípios da Microrregião de Imperatriz segundo o acesso a bens e serviços básicos: banheiro, água encanada, energia elétrica e serviços de coleta de lixo

MUNICÍPIOS	Pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada (2000) – (%)	Pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e banheiro (2000) - (%)	Pessoas que vivem em domicílios com serviços de coleta de lixo (2000) – (%)
Açailândia	36,83	74,37	74,50
Amarante do Maranhão	9,59	30,72	40,88
Buritirana	3,98	38,29	46,93
Cidelândia	20,18	52,17	42,02
Davinópolis	14,16	63,63	71,48
Governador Edison Lobão	22,47	71,14	77,42
Imperatriz	66,52	86,94	89,35
Itinga do Maranhão	23,99	71,14	77,42
João Lisboa	21,69	58,83	47,62
Lajeado Novo	14,76	41,81	54,27
Montes Altos	12,53	39,75	42,64
Ribamar Fiquene	13,71	43,84	38,93
São Francisco do Brejão	17,84	56,85	56,77
São Pedro da Água Branca	12,53	43,81	22,08
Senador La Rocque	11,16	49,64	69,28
Vila Nova dos Martírios	14,41	47,95	44,87

Fonte: Atlas do Desenvolvimento no Brasil, 2000.

Dados organizados por: Jailson de Macedo Sousa

Os dados expostos evidenciam as condições de precariedade dos núcleos urbanos da Microrregião de Imperatriz, em relação ao acesso aos equipamentos urbanos. A exemplo do que vem ocorrendo no território amazônico, a criação de novos municípios tem se acentuado na região de Imperatriz, e este fato tem acarretado graves problemas sociais para sua população, uma vez que, os investimentos e repasses financeiros por parte dos órgãos governamentais tanto em saneamento básico quanto em equipamentos urbanos têm sido insuficientes, e não contemplam a população na mesma proporção em toda a Microrregião.

Nos municípios da Microrregião de Imperatriz, observa-se em relação aos serviços de água encanada e banheiros nos domicílios, que apenas Imperatriz aparece com um percentual relativamente aceitável, quando se consideram as médias do país, onde 66,52% da população total da cidade são atendidos por estes equipamentos. A tendência destes números é regredir, para os pequenos municípios, sobretudo aqueles que passaram por recente emancipação, como é o caso de Buritirana e Senador La Rocque, instalados em 1997.

Em relação aos serviços de água encanada e banheiros oferecidos nestes municípios, nota-se que Buritirana apresentou o menor índice de atendimento no conjunto da Microrregião, com apenas 3,98% da população servida por estes serviços. Senador La Rocque, por sua vez, atendeu 11,16% da sua população.

Esses dados expressam uma tendência preocupante para as cidades da Amazônia. Os problemas hoje verificados na maior parte destas cidades, poderão se agravar, caso os processos de gestão não tragam alternativas satisfatórias em relação aos seus equacionamentos. Os problemas verificados nos municípios amazônicos, são frutos das tendências de sua inserção no cenário produtivo nacional e mundial.

As intervenções políticas e econômicas instauradas na Amazônia, após a década de 1960, vislumbraram a sua rápida ocupação e povoamento. Porém, no âmbito da gestão territorial, não houve uma preocupação com a acelerada ocupação da região, nem tampouco, com o ritmo frenético da urbanização que nela tem se manifestado.

Interessa, nessa perspectiva de análise, reconhecer e aprofundar as discussões em torno da dimensão política impressa no processo de organização das cidades amazônicas. No caso específico de Imperatriz, o que se nota é que o caráter político, conjugado aos aspectos econômicos, contribuíram substancialmente para a ocupação acelerada e desordenada da cidade. Os diferentes projetos implantados nesta cidade contribuíram significativamente para seu crescimento urbano desordenado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Imperatriz, localizada na Amazônia Oriental, a exemplo de outras cidades amazônicas teve a sua ocupação intensificada em razão das intervenções capitalistas e governamentais introduzidas no território amazônico a partir de 1950.

A atuação conjunta do capital e Estado através da adoção das estratégias recentes de ocupação, induziram o povoamento regional e sintetizam com propriedade o processo acelerado e desordenado de urbanização na fronteira. A urbanização é entendida nesse contexto como fio condutor do processo de ocupação e povoamento regional na Amazônia. Ela emerge como estratégia utilizada pelo Estado e capital para se reproduzir na região.

No bojo dessas estratégias de ocupação cumpre reafirmar o papel da rodovia Belém-Brasília que foi responsável inicialmente pelo revigoramento da cidade de Imperatriz. A rodovia associada aos projetos agropecuários e à própria dinâmica sócio-econômica assumida pela cidade a partir de então são entendidos como elementos propulsores da dinâmica intra-urbana e regional assumida por Imperatriz a partir de então.

Observa-se que esta dinâmica assumida por Imperatriz foi sustentada até o início da década de 1980 pelas atividades vinculadas ao setor primário com destaque para agropecuária (1960-1970) e a atividade extrativa (1970-1980).

Na atualidade (1980-2005), a atual configuração de Imperatriz, é, fortemente marcada, pela atividade comercial com ênfase nos setores atacadista e varejista e pela prestação de serviços com destaque para a saúde e a educação em nível superior.

Estes aspectos são fundamentais para uma leitura recente desta cidade. Eles, contribuem de modo significativo para entender a atual dinâmica de Imperatriz e as suas projeções no cenário regional. Sabe-se que a atividade comercial e a prestação de serviços desempenham relevante papel no processo de estruturação do espaço intra-urbano e esta importância, também se faz refletir nos domínios do espaço regional.

NOTAS

(1) As idéias presentes neste artigo integram trechos do primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada “A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica sócio-econômica de Imperatriz (MA) e suas implicações na região Tocantina”, defendida e aprovada em dezembro de 2005, sob a orientação da Professora Dra Lana de Souza Cavalcanti no Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG.

(2) No contexto das forças atuantes no processo de apropriação recente do território amazônico faz-se necessário ressaltar o papel desempenhado pela captação direta dos recursos financeiros que são controlados pelo capital e são intermediados através das ações governamentais. Becker (1982, p. 70) resalta que, “a força política atua mobilizando recursos diretamente para a região. Recursos financeiros da iniciativa privada são atraídos pelos incentivos fiscais, coordenados pela Sudam (Superintendência do Governo da Amazônia), com o apoio do Basa (Banco da Amazônia S.A.)”.

(3) Alguns estudiosos entre os quais pode-se destacar Corrêa (1987); (2001); Trindade JR (1998); (2003); Ribeiro (2001) tem ressaltado as transformações ocorridas no interior da rede urbana brasileira e seus reflexos no processo de reestruturação da rede urbana da Amazônia. Observa-se que o caráter dendrítico predominante até a primeira metade do século tem cedido espaço para o caráter complexo assumido a partir de 1950.

(4) Para Amorim Filho & Serra (2001, p. 9) as cidades intermediárias ou médias, se caracterizam por apresentar “interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com as aglomerações urbanas de hierarquia superior e apresentam tamanhos demográficos e funcionais suficientes para que possam oferecer um leque largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligadas”.

REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Indicadores sócio-econômicos do Brasil**, 2000.
- AMORIM FILHO, Oswaldo B; SERRA, Rodrigo Valente. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: Thompson Almeida Andrade, Rodrigo Valente Serra (Orgs.). Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.
- BARROS, Edelvira M. de Moraes. **Imperatriz: memória e registro**. Imperatriz: Ética, 1996.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Jorge Zahar editores: Rio de Janeiro, 1982.
- _____. **Fronteira e urbanização repensadas**. In: BECKER, B. K. et al. Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território. UNB/UFRJ: 1990. p. 1-15.
- _____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. **Amazônia: mudanças estruturais e urbanização**. In: Maria F. Gonçalves, Antônio C. F. Galvão. Regiões e cidades, cidades nas regiões. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, 1987. p. 39-68.
- _____. **Trajelórias geográficas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 1991**. Resultados preliminares. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Dados do Arquivo de Universo. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/ IBGE, 2001.
- MACHADO, Lia Osório. **Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia**. In: BECKER, Bertha. et al. Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território. UNB/UFRJ, 1990. p. 115-130.
- MOREIRA JR, Heitor Lima. **Colonização de fronteira agrícola: um modelo de desenvolvimento rural**. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.
- PEREIRA, José Carlos Matos. **Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)**. (Dissertação de Mestrado). Belém: NAEA/UFPA, 2005.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **A rede urbana amazônica – da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa.** In: Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente, 2001(b). p. 369-389.

SOUSA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Sócio-ambientais, 2005.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. Faces da urbanização na fronteira: a dinâmica metropolitana de Belém no contexto da urbanização amazônica. In: Experimental., n. 4/5, p. 71-89, setembro, 1998.

_____. **Estado e gestão do espaço urbano na Amazônia: a experiência das cidades-empresas.** In: CARLOS, Ana F. Alessandri; LEMOS, A. I. Geraiges. (Orgs.) Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 136-145.